

Editora Positivo Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Editora Positivo Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

Ativos	Nota explicativa	2018	2017	Passivos	Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	50.902	125.512	Fornecedores	17	6.091	16.920
Contas a receber de clientes	11	13.545	119.140	Fornecedores - partes relacionadas	22	1.865	25.235
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	22	4.612	11.294	Empréstimos e financiamentos	18	-	65.546
Estoques	12	5.177	12.543	Salários, provisões e contribuições sociais	19	6.077	23.360
Impostos a recuperar	13	1.465	2.037	Impostos a recolher	20	1.108	4.120
IRPJ e CSLL a recuperar		-	1.064	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24	6.984	8.438
Créditos diversos		1.114	2.698	IRPJ e CSLL a recolher		2.736	-
		<u>76.815</u>	<u>274.288</u>	Adiantamento de clientes		254	-
				Outras obrigações	21	<u>4.258</u>	<u>9.178</u>
						<u>29.373</u>	<u>152.797</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		7.739	6.829	Impostos a recolher	20	740	906
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.a	861	5.666	Adiantamento de clientes		804	-
Imobilizado	15	2.563	5.234	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	1.986	6.314
Intangível	16	5.812	33.758	Outras obrigações	21	<u>381</u>	<u>1.214</u>
		<u>16.975</u>	<u>51.487</u>			<u>3.911</u>	<u>8.434</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	24.a	39.157	106.919
				Reserva de lucros	24.b	<u>21.349</u>	<u>57.625</u>
						<u>60.506</u>	<u>164.544</u>
		<u>93.790</u>	<u>325.775</u>			<u>93.790</u>	<u>325.775</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Positivo Ltda.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2018	2017
Receita líquida de vendas	25	423.160	479.701
Custo das vendas	26	<u>(152.407)</u>	<u>(210.488)</u>
Lucro bruto		<u>270.753</u>	<u>269.213</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	26	(87.799)	(126.186)
Gerais e administrativas	26	(87.811)	(100.261)
Perda no valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	26	(4.663)	(15.289)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>177</u>	<u>15</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>90.657</u>	<u>27.492</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	14.580	22.722
Despesas financeiras	27	<u>(4.767)</u>	<u>(9.979)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>100.470</u>	<u>40.235</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	14.b	(31.903)	(12.215)
Diferido	14.b	<u>2.731</u>	<u>3.422</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>71.298</u></u>	<u><u>31.442</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Positivo Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	71.298	31.442
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>71.298</u></u>	<u><u>31.442</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Positivo Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		106.919	36.110	-	143.029
Lucro líquido do exercício		-	-	31.442	31.442
Juros sobre capital próprio	24.b	-	-	(9.927)	(9.927)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	21.515	(21.515)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		106.919	57.625	-	164.544
Lucro líquido do exercício		-	-	71.298	71.298
Distribuição de lucros	24.b	-	(57.625)	(6.729)	(64.354)
Juros sobre capital próprio	24.b	-	-	(8.216)	(8.216)
Ativos líquidos cindidos dos segmentos SPE, Conquista e obras para a Positivo Soluções Didáticas Ltda.	24.b	(67.762)	(35.004)	-	(102.766)
Constituição de reserva de lucros a realizar		-	56.353	(56.353)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		39.157	21.349	-	60.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Editora Positivo Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R\$ mil)

	2018	2017
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	71.298	31.442
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	10.716	15.786
Ajuste a valor presente, líquido	4.674	6.734
Perda no valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	4.663	15.359
Provisão para estoques obsoletos	1.542	(55)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.688	4.202
Provisão de juros sobre empréstimos	827	5.471
Custo residual das baixas de bens do ativo imobilizado e intangível	937	3.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	29.172	8.793
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes (terceiros e partes relacionadas)	45.639	(43.345)
Estoques	5.610	(4.754)
Impostos a recuperar	(1.103)	(4.513)
Créditos diversos	597	(2.389)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores (terceiros e partes relacionadas)	(32.580)	27.631
Salários, provisões e contribuições sociais	(866)	167
Impostos a recolher	(4.410)	558
Outras obrigações	(1.093)	4.708
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>137.311</u>	<u>69.488</u>
Juros pagos	(218)	(4.605)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(26.428)</u>	<u>(8.145)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>110.665</u>	<u>56.738</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimentos		
Caixa transferido na cisão	(32.000)	-
Aquisição de imobilizado	(3.057)	(1.043)
Adições ao intangível	<u>(11.271)</u>	<u>(9.732)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(46.328)</u>	<u>(10.775)</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos	6.873	14.560
Pagamento de empréstimos	(73.028)	(9.738)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(8.438)	-
Distribuição de lucros	<u>(64.354)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	<u>(138.947)</u>	<u>4.822</u>
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(74.610)</u>	<u>50.785</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	125.512	74.727
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>50.902</u>	<u>125.512</u>
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(74.610)</u>	<u>50.785</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Editora Positivo Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na Rua Major Heitor Guimarães, 174, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, constituída em 3 de novembro de 1986.

Tem como objeto social: (i) a edição e comercialização de material escolar em especial livros, apostilas e mapas escolares, (ii) a comercialização de direitos patrimoniais de autores, (iii) a produção fonográfica, gravação e comercialização de disco compacto (CD) musical, (iv) a prestação de serviços de criação e editoração gráfica e, (v) a realização de cursos, palestras, treinamentos, seminários e formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional, assessorias diversas, bem como a prática da operação denominada em conjunto "fomento comercial".

A Empresa atua, principalmente, no segmento de ensino básico por meio de:

- Sistema de ensino: representado por livros e os sistemas de ensino denominados Sistema Positivo de Ensino (SPE), Sistema de Ensino Aprende Brasil e Conquista.
- Obras: representado por livros de literatura e dicionários, bem como livros didáticos não incluídos no segmento classificado como didático, acima mencionado.

Em 1º de novembro de 2018, os segmentos SPE, Conquista e obras foram cindidos da Editora Positivo Ltda. para a Positivo Soluções Didáticas Ltda., conforme nota explicativa 2.

2 Reestruturação societária - cisão

a. Operação

O Grupo Positivo passou por uma reestruturação societária em 1º de novembro de 2018, onde foram segregados segmentos de negócios da Editora Positivo Ltda. para a Positivo Soluções Didáticas Ltda.

b. Justificativa da reestruturação societária

Conforme instrumento de justificação e protocolo de cisão parcial com incorporação da parcela cindida da Editora Positivo Ltda. pela Positivo Soluções Didáticas Ltda., é de interesse dos quotistas das empresas envolvidas promoverem uma reestruturação no Grupo Positivo, segregando da Editora Positivo Ltda. os segmentos SPE, Conquista e obras, com a intenção de adequar os negócios às novas realidades do mercado e melhor organizar seus negócios de acordo com cada segmento.

c. Alterações societárias - cisão parcial

Por meio da 56ª alteração contratual ocorrida em 1º de novembro de 2018, foi aprovada a cisão parcial da empresa Editora Positivo Ltda. com incorporação da parcela cindida pela Positivo Soluções Didáticas Ltda., referente aos segmentos SPE, Conquista e obras.

Importante frisar que ambas as empresas possuem os mesmos sócios, e estes sócios detêm os mesmos percentuais em ambas as sociedades, razão pela qual o aumento de capital e quotas da Positivo Soluções Didáticas Ltda., via incorporação do acervo cindido, não implicou no ingresso de novos sócios na Empresa.

d. Acervo líquido cindido

A tabela abaixo resume o valor de acervo líquido cindido da empresa Editora Positivo Ltda. e incorporado pela Positivo Soluções Didáticas Ltda. em 31 de outubro de 2018:

	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	32.000
Contas a receber de clientes	55.682
Estoques	214
Créditos diversos	77
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.536
Imobilizado	4.270
Intangível	29.022
Salários, provisões e contribuições sociais	(16.417)
Outras obrigações	(3.602)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(6.016)
	<hr/>
	102.766
	<hr/>

O acervo líquido contábil decorrente deste processo de cisão está distribuído nas seguintes rubricas contábeis:

	Valor contábil
Capital social	67.762
Reverva de lucros	35.004
	<hr/>
	102.766
	<hr/>

Exceto pelo caixa transferido na cisão, o processo de cisão demonstrado acima não impactou os valores apresentados na demonstração dos fluxos de caixa no período, pois correspondem à transações que não impactam caixa.

e. Mensuração do valor

Conforme consta no laudo de avaliação de determinados ativos e passivos para fins de cisão parcial da Editora Positivo Ltda, datado de 1º de novembro de 2018, elaborados pelos peritos avaliadores Marcos de Bem Guazzelli, Nara Poliana de Proença e Priscila de Jesus Dellaqua, a avaliação de determinados ativos e passivos da empresa Editora Positivo Ltda. que serão cindidos e transferidos a título de reorganização societária para a Positivo Soluções Didáticas Ltda. foi efetuada aplicando-se a metodologia contábil, ou seja, com fundamento nos valores constantes dos registros contábeis dos itens avaliados, com base nos saldos contábeis em 31 de outubro de 2018.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de maio de 2019. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - determinação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 12** - determinação das perdas em estoques;
- **Nota explicativa 14** - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 15 e 16** - determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 23** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 28** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

A principal receita da Empresa é representada pela venda de material didático, sendo que a obrigação de desempenho é cumprida quando da entrega das mercadorias aos clientes.

A Empresa, ao analisar as operações comerciais da Empresa, não identificou qualquer particularidade prevista em contrato que implicasse na forma de reconhecimento da receita, pois nos moldes atuais da operação, a Empresa transfere o controle dos bens comercializados de uma só vez a seus clientes, não restando obrigações de performance a serem cumpridas após a entrega das mercadorias. Inexiste também qualquer obrigatoriedade à Empresa no que tange garantias e opção de devolução ao qual é líquido e certo de sua realização.

Desta forma, observando o previsto no CPC 47, não há impacto da nova norma nas operações da Empresa, e por este motivo não se faz necessário qualquer alteração da forma de reconhecimento de receita da Empresa.

O quadro com a abertura da Receita líquida de vendas e atendimento ao CPC 47 está apresentada na nota explicativa 25.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, a Empresa adotou as alterações consequentes ao CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Empresa era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em “despesas comerciais”. Consequentemente, a Empresa reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 15.359, reconhecidas pelo CPC 38, de “despesas comerciais” para “perda no valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato” na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(i) *Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros*

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio do resultado abrangente) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Empresa em 1º de janeiro de 2018.

Em milhares de Reais	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber e outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores e outras obrigações	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

A metodologia prevista no CPC 48 é aplicável, principalmente, para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A Empresa define suas perdas de crédito esperadas com base no histórico de perdas de crédito de anos anteriores e na análise individualizada de recebíveis em aberto na data base do balanço.

A Empresa avaliou os impactos causados pelo CPC 48 sobre seus ativos financeiros, figurando como item de maior relevância o grupo de contas receber. O novo modelo de mensuração de ‘perdas esperadas’ foi aplicado utilizando as taxas históricas de inadimplência e de perdas com títulos vencidos, também foram considerados para esta análise os indicadores de conjuntura econômica no qual a Empresa se enquadra, tais como projeção de crescimento do produto interno bruto (PIB) e estimativas do cenário de crédito nacional. Considerando o fato de que a Empresa já considerava o novo modelo de mensuração de “perdas esperadas” em seus ativos financeiros, a Empresa concluiu não haver impacto relevante na adoção da nova norma em suas operações, e por este motivo não se fez necessário o complemento de constituição de perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

(iii) Transição

A Empresa optou por reapresentar as informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração do saldo de redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, conforme descrito na nota explicativa 6.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 8.14 das práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

8 Principais práticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

8.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Empresa, pela taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

8.2 Receita de contrato com cliente

Em janeiro de 2018, entrou em vigência o CPC 47 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Com a aplicação da norma, não houve impacto nas práticas contábeis vigentes utilizadas pela Empresa, que pudesse distorcer os valores atuais mensurados, conforme informado na nota explicativa 6.

8.3 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

8.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e ajuste a valor presente de clientes que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente de fornecedores.

8.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

8.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração da Empresa. Caso a potencial perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

8.7 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Aparelhos de comunicação	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis, utensílios e instalações	5 a 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

8.8 Intangível

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Os ativos intangíveis da Empresa compreendem, principalmente, gastos com direitos autorais e desenvolvimento de obras literárias adquirido de terceiros, têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização para os ativos intangíveis com vidas úteis definidas é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, a qual é estabelecida pela necessidade de atualização da metodologia de ensino e do formato editorial das obras ou pela sua vigência contratual de utilização, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Obras literárias - sistemas de ensino	4 anos
Obras literárias - livros didáticos	4 anos
Obras literárias - dicionários	10 anos
Software	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) *Baixa de ativos intangíveis*

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o saldo contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

8.9 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Empresa classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

(iii) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Empresa não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

8.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

(ii) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8.11 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

8.12 Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, a Empresa determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Empresa separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a empresa conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Empresa.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Empresa substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

8.13 Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

8.14 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Empresa deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Empresa reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos relativos a imóveis e veículos. A natureza das despesas relacionadas à estes arrendamentos mudará, pois a Empresa passará a reconhecer custos com depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre obrigações de arrendamento e não mais despesas lineares com locação dos referidos bens.

A Empresa ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06(R2) sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção do CPC 06(R2) dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Empresa celebrará. A Empresa espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Transição

A Empresa pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido com um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Empresa planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamento de acordo com o CPC 06 (R1) e a ICPC 03.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).

- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - várias normas
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contrato de Seguros.

10 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos por:

	2018	2017
Caixa	10	6
Bancos	5.945	1.739
Aplicações financeiras - renda fixa (a)	44.947	123.767
	50.902	125.512

- (a) São representadas, principalmente, por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB`s), e compromissadas remunerados em aproximadamente 100% da variação do CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário) e com liquidez imediatas estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

11 Contas a receber de clientes

O saldo da conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Sistemas de ensino	52.433	150.196
Obras literárias	1.954	40.507
(-) Perda no valor recuperável de contas a receber	(40.842)	(71.563)
	13.545	119.140

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	2018	2017
A vencer	8.537	105.967
Vencido até 30 dias	2.684	13.205
Vencido de 31 até 60 dias	1.898	4.325
Vencido de 61 até 90 dias	593	3.132
Vencido de 91 até 180 dias	2.013	6.025
Vencido de 181 até 360 dias	961	4.594
Vencido acima de 361 dias	37.957	55.449
(-) Ajuste ao valor presente	(256)	(1.994)
(-) Perda no valor recuperável de contas a receber	(40.842)	(71.563)
	13.545	119.140

O prazo médio de recebimento das vendas de produtos é de 11 dias (86 dias em 2017).

A movimentação da perda no valor recuperável de contas a receber está composta por:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	56.204
(-) Recebimento / reversão	(2.396)
(+) Adições	17.755
Saldo em 31 de dezembro de 2017	71.563
(-) Cisão	(35.384)
(-) Recebimento / reversão	(3.585)
(+) Adições	8.248
Saldo em 31 de dezembro de 2018	40.842

A provisão para perda no valor recuperável de contas a receber é constituída com base nos critérios estabelecidos pela Administração e, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão. O critério da provisão para perda no valor recuperável de contas a receber utiliza como base o histórico de inadimplência da carteira de clientes da Empresa, representado por 3,74% do Aprende Brasil, 0,88% do Sistema Positivo de Ensino (SPE), 4,88% do Conquista, 1,65% de obras, 1,88% do material didáticos para escolas e, 1,99% do material didáticos para cursos, sobre o faturamento para os clientes dos segmentos, respectivamente.

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

12 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Mercadoria para revenda	2.573	1.815
Mercadoria para revenda em poder de terceiros	3.786	3.643
Estoques em trânsito	905	7.737
(-) Provisão para estoques obsoletos	(2.087)	(652)
	5.177	12.543

A provisão para estoques obsoletos é constituída com base em análise feita através do histórico de movimentação dos itens em estoques, cuja classificação como obsoleta compreende adicionalmente a idade dos estoques, sendo que a Administração também realiza análise individualizada quanto as perspectivas de realização dos itens em estoque, considerando o potencial de venda do produto (com base no histórico de venda), na análise da validade do conteúdo do livro e na possibilidade de sua atualização visual.

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está composta por:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	707
(+) Adições	507
(-) Reversões	(562)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	652
Cisão	(107)
(+) Adições	1.968
(-) Reversões	(426)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.087

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

13 Impostos a recuperar

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
IRPJ a recuperar (a)	334	854
CSLL a recuperar (a)	54	77
COFINS a recuperar (b)	671	301
PIS a recuperar (b)	116	72
Outros	290	733
	1.465	2.037

- (a) Os créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são decorrentes das antecipações ocorridas no exercício e em exercícios anteriores, retenções sobre as operações de vendas a órgãos públicos federais e retenções sobre aplicações financeiras.
- (b) Os créditos tributários, provenientes das contribuições sociais do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), são decorrentes das aquisições de serviços de terceiros, energia elétrica, fretes, depreciação e amortização. Em contra partida, as operações de saída de livros e materiais didáticos possuem alíquota zero.

14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	2018	2017
Ativo		
Provisão para bônus	541	983
Provisão para comissões	-	1.179
Provisão para direitos autorais	452	1.564
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.050	4.282
Provisão de serviços	818	844
Provisão de corte da receita (<i>cut-off</i>)	795	-
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	675	2.147
Diversos	562	2.228
	4.893	13.227

Passivo	2018	2017
Tributos diferidos sobre venda a órgãos públicos	3.342	6.967
Atualização dep. judicial processos trabalhistas e fiscais	<u>690</u>	<u>594</u>
	<u>4.032</u>	<u>7.561</u>
	<u><u>861</u></u>	<u><u>5.666</u></u>

Anualmente, a Administração revisa o seu plano de negócio para os próximos exercícios e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	100.470	40.235
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	<u>(34.160)</u>	<u>(13.680)</u>
Adições permanentes		
(+) Outras despesas indedutíveis	580	(331)
Exclusões permanentes		
(-) Incentivo fiscal - Lei do Bem	963	1.167
(-) Juros sobre capital próprio	2.793	3.375
(-) Outras exclusões	-	449
(-) Dedução programa alimentação do trabalhador - PAT e outros	628	227
(-) Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias anteriores a 2013	<u>24</u>	<u>-</u>
	<u>(29.172)</u>	<u>(8.793)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(31.903)	(12.215)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>2.731</u>	<u>3.422</u>
	<u>(29.172)</u>	<u>(8.793)</u>
Alíquota efetiva	29%	22%

15 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de depreciação	2018			2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Aparelhos de comunicação	10%	315	(262)	53	314	(242)	72
Veículos	20%	123	(123)	-	123	(123)	-
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20%	6.976	(5.492)	1.484	16.365	(13.114)	3.251
Máquinas e equipamentos	10%	112	(94)	18	308	(194)	114
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4%	1.055	(47)	1.008	2.663	(866)	1.797
		<u>8.581</u>	<u>(6.018)</u>	<u>2.563</u>	<u>19.773</u>	<u>(14.539)</u>	<u>5.234</u>

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Aparelhos comunicação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.738</u>	<u>45</u>	<u>3.948</u>	<u>4</u>	<u>93</u>	<u>5.828</u>
Adições	163	79	800	-	1	1.043
Depreciação	<u>(104)</u>	<u>(10)</u>	<u>(1.497)</u>	<u>(4)</u>	<u>(22)</u>	<u>(1.637)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.797</u>	<u>114</u>	<u>3.251</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>5.234</u>
Adições	1.039	81	1.936	-	1	3.057
Cisão - custo	(2.647)	(277)	(11.325)	-	-	(14.249)
Cisão - depreciação	914	117	8.948	-	-	9.979
Depreciação	<u>(95)</u>	<u>(17)</u>	<u>(1.326)</u>	<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>(1.458)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.008</u>	<u>18</u>	<u>1.484</u>	<u>-</u>	<u>53</u>	<u>2.563</u>

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2018 e 2017, a Empresa revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

16 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Taxa média ponderada de amortização	2018			2017		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo contábil	Custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Obras literárias:							
Sistemas de ensino	25%	6.855	(6.044)	811	38.308	(32.344)	5.964
Livros didáticos	25%	16.081	(14.620)	1.461	32.309	(25.073)	7.236
Dicionários	10%	29	(29)	-	4.883	(4.868)	15
Obras literárias em andamento	-	2.470	-	2.470	17.867	-	17.867
Software	20%	10.485	(9.415)	1.070	14.868	(12.193)	2.675
Marcas e patentes	10%	23	(23)	-	23	(22)	1
		<u>35.943</u>	<u>(30.131)</u>	<u>5.812</u>	<u>108.258</u>	<u>(74.500)</u>	<u>33.758</u>

A movimentação do intangível no exercício é composta da seguinte forma:

	Software	Marcas e patentes	Obras literárias	Obras literárias em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.609	3	16.670	19.586	41.868
Adições	289	-	-	9.443	9.732
Transferências	-	-	7.469	(7.469)	-
Amortização	(3.223)	(2)	(10.924)	-	(14.149)
Baixas de ativo	-	-	-	(3.693)	(3.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.675</u>	<u>1</u>	<u>13.215</u>	<u>17.867</u>	<u>33.758</u>
Adições	1.111	-	240	9.920	11.271
Transferências	8.904	-	-	(8.904)	-
Cisão - custo	(14.398)	-	(52.775)	(15.476)	(82.649)
Cisão - amortização	5.295	-	48.332	-	53.627
Amortização	(2.517)	(1)	(6.740)	-	(9.258)
Baixas de ativo	-	-	-	(937)	(937)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.070</u>	<u>-</u>	<u>2.272</u>	<u>2.470</u>	<u>5.812</u>

Obras literárias

Os gastos incorridos e diretamente associados ao desenvolvimento de materiais didáticos, em especial os Sistemas de Ensino, são capitalizados como intangíveis. Estes gastos são substancialmente compostos pela aquisição de direitos autorais e serviços prestados por terceiros (projeto gráfico, edição e revisão de texto e diagramação dentre outros). Adicionalmente, são capitalizados também os direitos autorais pagos pelo direito de comercialização de livros.

As obras literárias são consideradas ativos intangíveis com vida útil definida, a qual é estimada através do prazo necessário de atualização da metodologia de ensino, do conteúdo e formato editorial das obras ou pela vigência dos contratos quanto ao prazo de utilização das obras. Os materiais didáticos são amortizados pelo prazo de 4 anos, determinado com base no período usual de atualização do conteúdo e formato editorial. Para os direitos autorais pagos, não considerados como materiais didáticos, oriundos do direito de comercialização de livros, são amortizados pelo prazo contratual acordado com o autor.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intangível poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2018 e 2017, a Empresa revisou a estimativa da vida útil dos ativos intangíveis. As análises de vida útil do intangível da empresa não resultaram em ajustes de amortização. Porém tiveram baixas de projetos descontinuados no valor de R\$ 937 (R\$ 3.693 em 2017), apropriados ao resultado do exercício.

17 Fornecedores

O saldo a pagar com fornecedores é representado, substancialmente, pelos valores incorridos a título de direitos autorais, consultorias pedagógicas e diversas, propaganda e publicidade, fretes, entre outros.

18 Empréstimos e financiamentos

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

Operações (em Real)	Garantias	Taxa média de juros a.a	Vencimento	2018	2017
	Imobilizado Grupo Positivo				
BNDES - Plano Editorial	+ Fiança bancária	2%.a.a + TJLP	15/05/2022	-	65.546
				-	65.546

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo no final do exercício 2016	11.000	48.858	59.858
Captação (a)	303	14.257	14.560
Encargos financeiros	5.471	-	5.471
Transferências	63.115	(63.115)	-
Amortização - principal	(9.738)	-	(9.738)
Amortização - juros e variações	(4.605)	-	(4.605)
Saldo no final do exercício 2017	65.546	-	65.546
Captação (a)	6.873	-	6.873
Encargos financeiros	827	-	827
Amortização - principal	(73.028)	-	(73.028)
Amortização - juros e variações	(218)	-	(218)
Saldo no final do exercício 2018	-	-	-

- (a) O montante captado no curto prazo é destinado à capital de giro e no longo prazo é destinado ao Programa Nacional de Desenvolvimento (BNDES - Plano Editorial).

BNDES - Plano Editorial 2013 a 2016

No segundo trimestre de 2016, a Empresa efetuou a captação junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) o montante de R\$ 38.431, para fins de investimento no Plano Editorial para o período de 2013 a 2016, destinados à realização de obras didáticas regulares para escolas públicas e privadas, e investimentos no desenvolvimento de conteúdo educacional para o portal *online* e livro digital.

Em 9 de fevereiro de 2018, a Empresa efetuou o pagamento antecipado do financiamento com o BNDES no montante de R\$ 64.885.

19 Salários, provisões e contribuições sociais

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
Salários a pagar	830	2.628
Contribuições sociais	687	2.691
Provisão de férias	2.911	10.355
Provisão de comissões	-	3.113
Provisão para bônus	1.591	2.890
Outras contas a pagar sobre folha	58	1.683
	6.077	23.360

20 Impostos a recolher

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	2018	2017
IRRF sobre remuneração a funcionários	632	2.218
IRRF sobre juros capital próprio	-	1.489
PERT a recolher (a)	-	398
INSS suspenso	740	508
Outros	476	413
	1.848	5.026
Circulante	1.108	4.120
Não circulante	740	906

- (a) A Empresa aderiu em 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme regras previstas na lei 13.496/2017. A modalidade de adesão da Empresa foi pelo pagamento da antecipação entre os meses de agosto e outubro de 2017, usufruindo de benefícios de redução de 90% de juros e 70% de multa de passivos relacionados a autuações tributárias como o IOF sobre operações de mútuos, sendo que os efeitos no resultado do exercício foram registrados na rubrica de resultado financeiro. Oitenta por cento (80%) do saldo existente em dezembro foi liquidado com prejuízos fiscais adquiridos da empresa Positivo Administradora de Bens Ltda. no valor de R\$ 1.591 e o saldo residual foi pago em espécie, conforme previsão da lei.

21 Outras obrigações

A composição desta conta está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Provisão - direitos autorais a pagar (a)	1.329	4.613
Outras contas a pagar	3.310	5.779
	4.639	10.392
Circulante	4.258	9.178
Não circulante	381	1.214

- (a) Compreende a provisão a pagar junto aos autores de obras intelectuais (literárias, artísticas e científicas), as quais são reconhecidas quando as mercadorias atreladas às obras literárias são comercializadas.

22 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Contas a receber de transações comerciais		Contas a pagar de transações comerciais		Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Positivo Educacional Ltda. (a)	495	7.227	-	-	-	-
Gráfica e Editora Posigraf Ltda. (b)	1.255	-	-	23.402	-	-
Positivo Soluções Didáticas Ltda.	990	-	1.835	-	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. (c)	1.544	3.769	9	-	-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda. (e)	5	14	-	1.591	-	-
Consórcio Positivo J. Malucelli	16	49	-	-	-	-
Rosch Administradora de Bens	5	19	-	-	-	-
Centro Educacional Opção Única Ltda.	27	80	-	-	-	-
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	57	136	-	-	-	-
Positivo Tecnologia S.A. (d)	218	-	21	242	-	-
Sócios (f)	-	-	-	-	6.984	8.438
	<u>4.612</u>	<u>11.294</u>	<u>1.865</u>	<u>25.235</u>	<u>6.984</u>	<u>8.438</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa realizou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Vendas		Atividades corporativas (rateio)		Compras e serviços	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Positivo Educacional Ltda. (a)	403	99	2.595	3.724	-	-
Gráfica e Editora Posigraf Ltda. (b)	2.793	8.259	5.463	5.947	141.254	210.395
Centro de Estudos Sup. Positivo Ltda. (c)	4	7	11.005	9.654	141	182
Positivo Tecnologia S.A. (d)	17	127	985	1.270	2.016	5.135
Rosch Administradora de Bens	-	-	57	56	-	-
Consórcio Positivo J. Malucelli	-	-	150	147	-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda. (e)	-	-	57	56	-	-
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	279	535	336	219	-	-
Positivo Soluções Didáticas Ltda.	115	-	1.311	-	1.814	-
Centro Educacional Opção Única Ltda.	-	134	220	109	-	-
	<u>3.611</u>	<u>9.161</u>	<u>22.179</u>	<u>21.182</u>	<u>145.225</u>	<u>215.712</u>

a. *Positivo Educacional Ltda.*

Repassé de recebimento

Refere-se, substancialmente, a valores decorrentes das vendas de material didático efetuadas pela Empresa aos alunos da Positivo Educacional Ltda., sendo que a Positivo Educacional Ltda. intermedia o recebimento financeiro destas vendas e, posteriormente, efetua o repasse financeiro à Editora Positivo Ltda.

b. *Gráfica e Editora Posigraf Ltda.*

Compras e serviços

São transações de aquisição de materiais didáticos e outros produtos gráficos. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Essas mercadorias são destinadas para fins de revenda pela Empresa substancialmente a terceiros.

c. Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.

Locação de espaço e compra de serviços

Compreende as transações de locação de espaços, em especial do Teatro Positivo e Centro de Eventos, bem como prestação de serviços.

d. Positivo Tecnologia S.A.

Vendas, compras e serviços

As vendas compreendem transações de comercialização de livros do catálogo da Empresa. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

As compras e serviços compreendem a aquisição de micro-computadores e equipamentos de informática. Adicionalmente, a Empresa efetua o pagamento de direitos autorais, referente à disponibilização pela Positivo Tecnologia de acessos aos sítios na internet, denominados “Portal Positivo” e “Portal Aprende Brasil”, aos clientes da Empresa, bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais.

O acesso ao “Portal Positivo” é destinado às instituições conveniadas ao Sistema Positivo de Ensino (SPE) e, o acesso ao “Portal Aprende Brasil” é destinado às instituições conveniadas ao Sistema de Ensino Aprende Brasil (SABE).

e. Positivo Administradora de Bens Ltda.

Compra de créditos tributários

Refere-se a compra de créditos tributários para utilização ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme regras previstas na lei 13.496/2017.

f. Sócios

Refere-se ao juros sobre capital próprio a pagar aos quotistas, líquido de efeitos tributários.

Atividades corporativas (rateio)

Compreende o repasse de custos e despesas provenientes do rateio de despesas administrativas e do centro de serviços compartilhados, as quais são incorridas pela Empresa e, posteriormente são rateadas para as demais partes relacionadas beneficiadas.

Tais reembolsos são representados pelo uso compartilhado dos departamentos de compras (em especial materiais indiretos), recursos humanos, marketing, jurídico, contabilidade, financeiro e informática. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com salários da Administração incluindo encargos e remuneração variável totalizaram R\$ 2.537 (R\$ 2.014 em 2017). Para os administradores da Empresa são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, descontos em mensalidades de cursos de graduação e pós-graduação e nas escolas do Grupo, além de produtos da própria Empresa.

A Empresa não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

23 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	2018	2017
Riscos cíveis	2	-
Riscos trabalhistas (a)	1.984	6.314
	1.986	6.314

- (a) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, reivindicando verbas trabalhistas em geral, entre eles, horas extras e equiparação salarial.

A movimentação das provisões está composta por:

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	345	-	1.767	2.112
(+ Adições	-	-	6.396	6.396
(+ Atualizações	1	-	114	115
(- Utilizações e reversões	(346)	-	(469)	(815)
(- Baixas	-	-	(1.494)	(1.494)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	6.314	6.314
(+ Adições	-	12	5.525	5.537
(+ Atualizações	-	-	984	984
(- Utilizações e reversões	-	-	(862)	(862)
(- Cisão	-	-	(6.016)	(6.016)
(- Baixas	-	(10)	(3.961)	(3.971)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	2	1.984	1.986

Probabilidades de perda possível

Existem outros processos cíveis, tributários e trabalhistas em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Os saldos estão compostos da seguinte forma:

	2018	2017
Fiscais (a)	8.691	11.717
Cíveis (b)	14.664	1.415
Trabalhistas	-	732
	23.355	13.864

- (a) Os processos fiscais compreendem processos movidos pela Receita Federal, referente a pedido de compensação de Cofins IN86 entregue fora do prazo no montante de R\$ 4.463, e também, pedido de compensação de IRRF retido na fonte não homologados no montante de R\$ 733.

- (b) Os processos cíveis compreendem processos em fase inicial e recursal movidos pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Prefeitura Municipal de Sidrolândia - ação de responsabilidade civil por ato de improbidade no montante de R\$ 4.963, como também, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Estância Hidromineral de Poá - ação tomada de contas no montante de R\$ 3.694, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Prefeitura da Estância Turística de Itu - ação tomada de contas no montante de R\$ 3.666, e ainda pelo Ministério Público do Rio de Janeiro no montante de R\$ 1.321, onde estão sendo discutidos cláusulas contratuais de aquisição de livros didáticos.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 1º de novembro de 2018, o capital social foi reduzido em R\$ 67.762, decorrente do processo de cisão, conforme nota explicativa 2.

Em 31 de dezembro de 2018, conforme 57ª alteração do contrato social, as quotas dos sócios anteriores foram transferidas via dissolução e transferências de quotas para os novos acionistas da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Empresa é de R\$ 39.157 e está totalmente integralizado, da seguinte forma:

Composição societária atual, valores expressos em reais (1,00)

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% Participação
Cixares Libero Vargas	7.831.393	7.831.393	20%
Schonbrunn Investimentos - Participações Societárias Ltda.	7.831.393	7.831.393	20%
Cousteau Investimentos - Participações Societárias Ltda.	7.831.393	7.831.393	20%
Palermo Investimentos - Participações Societárias Ltda.	7.831.393	7.831.393	20%
Rivare Investimentos - Participações Societárias Ltda.	5.873.542	5.873.542	15%
Jufri Investimentos - Participações Societárias Ltda.	1.957.848	1.957.848	5%
	<u>39.156.962</u>	<u>39.156.962</u>	<u>100%</u>

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Empresa é de R\$ 106.919 e está totalmente integralizado, da seguinte forma:

Composição societária, valores expressos em reais (1,00)

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% participação
CIR Investimentos S.A.	21.383.841	21.383.841	20%
SLG Investimentos S.A.	21.383.841	21.383.841	20%
Darwin Investimentos S.A.	21.383.841	21.383.841	20%
Palidano Investimentos S.A.	21.383.841	21.383.841	20%
RMR Investimentos S.A.	16.037.881	16.037.881	15%
Lupa Investimentos S.A.	5.345.961	5.345.961	5%
	<u>106.919.206</u>	<u>106.919.206</u>	<u>100%</u>

b. Reserva de lucros e juros sobre capital próprio

Conforme previsto no contrato social da Empresa, ao final do exercício social os resultados não distribuídos serão registrados na conta de reserva de lucros, para futura distribuição ou capitalização, ou, se perda ou prejuízo em conta a compensar. Não existe previsão para distribuição de lucros mínimos ao final de cada exercício.

Em 1º de novembro de 2018, a reserva de lucros foi diminuída em R\$ 35.004, decorrente do processo de cisão, conforme nota explicativa 2.

Os juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

(i) Juros sobre capital próprio

A Empresa distribui lucros aos sócios através de juros sobre capital próprio observando o disposto na Lei nº 9.429/95.

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2017	-
Juros sobre capital próprio	9.927
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.489)
Juros sobre capital próprio pagos	-
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.438
	<hr/>
Juros sobre capital próprio	8.216
Juros sobre capital próprio pagos	(8.438)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.232)
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.984
	<hr/> <hr/>

(ii) Distribuição de lucros

Durante o exercício de 2018, foram deliberadas e pagas distribuição de lucros no montante de R\$ 64.354, sendo R\$ 57.625 provindos da reserva de lucros e R\$ 6.729 provindos do resultado do exercício.

25 Receita líquida de vendas

O efeito da adoção do CPC 47 sobre as receitas de contratos com clientes da Empresa está descrito na nota explicativa 6.

A Empresa gera receita principalmente pela venda de material didático, e os impactos na forma de contabilização com relação à adoção do CPC 47 estão evidenciados na nota explicativa 6.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre a mercadoria ao cliente.

A seguir, a composição da receita líquida de vendas da Empresa no exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de:

	2018	2017
Receita bruta de vendas	440.370	498.569
(-) Impostos sobre vendas	(51)	(77)
(-) Devoluções e abatimentos	(17.159)	(18.791)
	423.160	479.701

26 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Empresa apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Material para revenda e materiais de consumo utilizados	128.158	181.277
Pessoal e comissões	89.807	103.966
Gastos com divulgação	8.720	12.059
Propaganda e publicidade	21.879	51.755
Serviços de terceiros	6.361	7.948
Fretes	7.988	9.578
Aluguéis	10.387	9.467
Viagens	11.632	12.950
Perda no valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	4.663	15.289
Depreciação e amortização	10.716	15.785
Provisão (reversão) para estoques obsoletos	1.542	(55)
Treinamento a terceiros	2.403	2.633
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	642	4.318
Multas fiscais	-	442
Outras	27.782	24.812
	332.680	452.224

A composição dessas contas para conciliação com a demonstração do resultado segue abaixo:

	2018	2017
Custo das vendas	152.407	210.488
Despesas comerciais	87.799	126.186
Despesas gerais e administrativas	87.811	100.261
Perda no valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	4.663	15.289
	332.680	452.224

27 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Juros cobrados sobre contas a receber e outros	3.427	3.366
Rendimento de aplicações	4.255	10.845
Ajuste a valor presente - clientes	6.293	7.913
Descontos obtidos e outros	605	598
	14.580	22.722
Despesas financeiras		
Juros empréstimos e outros	(859)	(5.669)
Atualização monetária	(984)	(116)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(1.619)	(1.179)
Descontos concedidos	(324)	(257)
IOF (a)	(59)	(1.950)
Outras	(922)	(808)
	(4.767)	(9.979)
	9.813	12.743

- (a) Compreende a apropriação do IOF em operações de crédito com pessoas jurídicas referente aos exercícios de 2011 e 2012, decorrente da baixa do auto de infração da Receita Federal do Brasil, conforme nota explicativa 20.

28 Instrumentos financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Empresa está descrito na nota explicativa 6. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos.

a. Classificação contábil e valores justos

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

		Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total contábil	Valor justo
Em 31 de dezembro 2018	Nota explicativa				
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	10	50.902	-	50.902	50.902
Contas a receber de clientes	11	13.545	-	13.545	13.545
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	22	4.612	-	4.612	4.612
Créditos diversos		1.114	-	1.114	1.114
		70.173	-	70.173	70.173
Custo amortizado					
Fornecedores	17	-	6.091	6.091	6.091
Fornecedores - partes relacionadas	22	-	1.865	1.865	1.865
Outras obrigações	21	-	4.639	4.639	4.639
		-	12.595	12.595	12.595
		-	12.595	12.595	12.595

Em 31 de dezembro 2017	Nota explicativa	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	10	125.512	-	125.512	125.512
Contas a receber de clientes	11	119.140	-	119.140	119.140
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	22	11.294	-	11.294	11.294
Créditos diversos		2.698	-	2.698	2.698
		<u>258.644</u>	<u>-</u>	<u>258.644</u>	<u>258.644</u>
Custo amortizado					
Fornecedores	17	-	16.920	16.920	16.920
Fornecedores - partes relacionadas	22	-	25.235	25.235	25.235
Outras obrigações	21	-	10.392	10.392	10.392
		<u>-</u>	<u>52.547</u>	<u>52.547</u>	<u>52.547</u>

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Empresa está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Empresa.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Empresa utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

A Empresa possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

(ii) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras e contas a receber de clientes conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota explicativa	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	10	50.902	125.512
Contas a receber de clientes	11	13.545	119.140
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	22	4.612	11.294
		69.059	255.946

Contas a receber e outros créditos

A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A qualidade do crédito do contas a receber de outros recebíveis é avaliado baseado na política de crédito estabelecida pela Empresa.

Caixa e equivalentes a caixa

Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa detinha caixa e equivalentes a caixa de R\$ 50.902, os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes a caixa são mantido com bancos e instituições financeiras considerados de primeira linha.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou não, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que se utiliza do gerenciamento necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Empresa e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros

	Taxa de juros efetiva média ponderada ao ano	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2018						
Caixa e bancos		5.955	-	-	-	5.955
Aplicações financeiras	6,40%	44.947	-	-	-	44.947
Contas a receber de clientes		5.461	2.765	5.319	-	13.545
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		4.612	-	-	-	4.612
		<u>60.975</u>	<u>2.765</u>	<u>5.319</u>	<u>-</u>	<u>69.059</u>
31 de dezembro de 2017						
Caixa e bancos		1.745	-	-	-	1.745
Aplicações financeiras	7,33%	117.087	-	6.680	-	123.767
Contas a receber de clientes		13.096	58.472	44.087	3.485	119.140
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		-	11.294	-	-	11.294
		<u>131.928</u>	<u>69.766</u>	<u>50.767</u>	<u>3.485</u>	<u>255.946</u>

Passivos financeiros

	Taxa de juros efetiva média % de CDI ao ano	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2018						
Fornecedores		6.091	-	-	-	6.091
Fornecedores - partes relacionadas		1.865	-	-	-	1.865
		<u>7.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.956</u>
31 de dezembro de 2017						
Fornecedores		9.582	7.338	-	-	16.920
Fornecedores - partes relacionadas		19.142	6.093	-	-	25.235
Empréstimos e financiamentos	145%	-	-	11.895	53.651	65.546
		<u>28.724</u>	<u>13.431</u>	<u>11.895</u>	<u>53.651</u>	<u>107.701</u>

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, e taxas de juros, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A Empresa administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Empresa é formada pelo capital circulante líquido (passivos circulantes menos ativos circulantes).

A Empresa não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Capital circulante líquido

O índice de liquidez corrente no final do exercício é o seguinte:

	2018	2017
Ativo circulante	76.815	274.288
Passivo circulante	<u>(29.373)</u>	<u>(152.797)</u>
Capital circulante líquido	<u>47.442</u>	<u>121.491</u>
Índice de liquidez corrente	2,62	1,80

Índice de endividamento

	2018	2017
Dívida bruta (a)	-	(65.546)
Caixa e saldos de bancos (b)	<u>50.902</u>	<u>125.512</u>
	<u>50.902</u>	<u>59.966</u>
Patrimônio líquido (c)	60.506	164.544
Índice endividamento líquido (caixa) líquido	(0,84)	(0,36)

- (a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo (excluindo derivativos, quando aplicável).
- (b) Disponibilidade em tesouraria e depósitos em bancos.
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Empresa, gerenciados como capital.

29 Transações não envolvendo caixa

Em 1º de novembro de 2018, foi aprovada a cisão parcial da empresa Editora Positivo Ltda. com incorporação da parcela cindida pela Positivo Soluções Didáticas Ltda., referente aos segmentos SPE, Conquista e obras, e os valores do acervo líquido cindido não envolveram caixa, conforme nota explicativa 2.

30 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Empresa, para cobrir eventuais sinistros em todas as suas unidades sendo móveis e utensílios, instalações, estoques e benfeitorias em imóveis de terceiros é apresentada abaixo.

Ramo	Abrangência	Limite de indenização	Vigência
Riscos patrimoniais	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e outros	2.154	01/04/2018 a 01/04/2019